



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Projeto Verde Atlântico Energias”, de responsabilidade de Gastrading Comercializadora de Energias S/A., realizada às 17h00 do dia 07 de agosto de 2017, em Cubatão/SP.

Realizou-se no dia 07 de agosto de 2017, na Associação Comercial e Industrial de Cubatão, à Rua Bahia, 171, Vila Paulista, Cubatão/SP, a Audiência Pública sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente – EIA/RIMA – do empreendimento “**Projeto Verde Atlântico Energias**”, de responsabilidade de **Gastrading Comercializadora de Energias S/A.** (Processo IMPACTO nº 015/2016). Dando início aos trabalhos, o **Secretário-Executivo** declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Ricardo Salles, saudava e dava boas-vindas aos representantes do Poder Legislativo - nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Lourival Sampaio Costa e Luciana Castellan, ambos os vereadores do município de Peruíbe; aos representantes do Poder Executivo – na pessoa do Excelentíssimo Senhor Mauro Haddad; do Ministério Público do Estado de São Paulo – na pessoa do Senhor José de Molina Daloi, Procurador da República; aos representantes do Poder Judiciário; dos Órgãos Públicos; da Polícia Militar Ambiental; de conselhos estaduais e municipais de meio ambiente; das entidades ambientalistas, enfim a todos que compareceram a esta audiência pública sobre o empreendimento do empreendimento “**Projeto Verde Atlântico Energias**”, de responsabilidade de **Gastrading Comercializadora de Energias S/A.** (Processo IMPACTO nº 015/2016). Declarou que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indicava o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que deem as opiniões, formulem indagações, apresentem suas contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para o aprimoramento dos estudos e do projeto e/ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente isento, e sua função tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra, para garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de modo democrático e organizado. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela **Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011** para a condução das audiências públicas e declarou que o Conselho prevê que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta, e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre o empreendimento. Explicou que, imediatamente após, fazem uso da palavra àqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam quaisquer órgãos públicos ou entidades civis, mas que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Sequencialmente, manifestam-se os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal; a seguir, os representantes do CONSEMA e dos COMDEMAS que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, destacando que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que apenas assim lhes é plenamente assegurado o direito a manifestar-se acerca das críticas e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado, podendo assim opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. Por fim, no terceiro e último momento da audiência, faculta-se ao empreendedor e equipe responsável pelos estudos técnicos que ofereçam resposta aos questionamentos e comentem as colocações feitas, pelo prazo de até quinze minutos cada um destes. Ao cabo, franqueia-se aos representantes do CONSEMA eventualmente presentes a prerrogativa de manifestarem-se por até dez minutos, distribuídos por tantos quantos desejarem fazer uso da palavra. Reiterou que só poderia fazer uso da palavra quem se inscrevesse, e que, portanto, aquele que desejasse fazê-lo e ainda não houvesse se inscrito, o fizesse naquela hora. Informou que a Mesa Diretora dos Trabalhos era presidida por ele, Secretário-Executivo, por um representante da CETESB, a geógrafa Claudia Harumi Yuhara que é gerente do setor de Avaliação de Empreendimentos Lineares da CETESB, e composta ainda por até dois membros do CONSEMA eventualmente presentes à audiência, no caso, a conselheira Syllis Bezerra. Em seguida, **Alexandre Chiofetti**, Diretor Presidente da Gastrading Comercializadora de Energias S/A, apresentou breve histórico do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

empreendimento, sua organização, etapas de desenvolvimento e objetivos, após o que a gestora ambiental **Affonso Virgílio Novello Neto**, coordenador técnico, responsável pela elaboração dos estudos apresentou uma síntese do EIA/RIMA, mais precisamente dos motivos da escolha da localização, da capacidade pretendida para o empreendimento quando de sua plena operação, dos impactos ambientais, principalmente nos recursos hídricos e nos meios físico, biótico e antrópico, e das medidas de mitigação e dos programas ambientais que serão implementadas com o objetivo de preveni-los ou mitigá-los. Passou-se a etapa na qual se manifestam os representantes do Ministério Público. **Antonio José Molina Daloia**, Procurador da República no Município de Santos esclareceu que o Ministério Público Federal, acompanha o licenciamento em tela, em colaboração com a Dra. Maria Luiza Grabner, Procuradora Regional da República, e com o Yuri Correa da Luz, Procurador da República em Registro. Expôs tratar-se de um empreendimento que merece atenção por abranger uma série de aspectos socioambientais que merecem muita cautela, como por exemplo, as comunidades tradicionais. Relatou que vários pontos preocupam os técnicos do Ministério Público Federal, tais como, a velocidade do processo de licenciamento que chama muito a atenção, além das reclamações da comunidade. Ressaltou que decisões relacionadas ao licenciamento de empreendimentos desse porte, somente podem ser tomadas após toda a gama dos possíveis problemas sejam devidamente estudados, sob a ótica dos Princípios da Precaução e da Prevenção. Informou que o Ministério Público colocou-se a disposição da comunidade e daqueles que desejarem encaminhar considerações que auxiliarão a compor o relatório técnico, que será prestes a ser disponibilizado. Garantiu que o MP está preocupado com o assunto e também que a população possa adquirir conhecimento qualificado sobre um assunto que poderá afetá-la diretamente. Solicitou, por fim, que a análise do órgão ambiental sobre o licenciamento proposto pelo empreendedor seja conduzida de forma adequada para garantir que todos os cuidados necessários sejam tomados. Passou-se a manifestação dos representantes da sociedade civil. **Jan Rieswick**, Diretor de Desenvolvimento e Assuntos Estratégicos disse tentaria expressar o pensamento desenvolvimentista da Associação Comercial de Peruíbe, a qual representa, e a sua posição extremamente favorável ao projeto, por entenderem que o Brasil atravessa um momento bastante delicado dentro de um cenário mundial delicado de corrida aos recursos energéticos, do qual Peruíbe encontra-se também inserida. Mesmo sabendo-se que a energia é a mola propulsora do desenvolvimento e da geração de receita e renda, infelizmente, o Brasil não possui, há tempo, um planejamento energético de acordo com a necessidade do país. Vítima recente de um apagão energético em decorrência da escassez hídrica reservatórios, e se não fossem as termoeletricas seria um caos a indústria, as residências e os hospitais. Não se trata, portanto, de uma matéria somente de uma cidade, mas é necessário que olhemos para a nação brasileira, é preciso que olhemos para o Brasil. Durante a apresentação foi explicado o motivo pelo qual a cidade de Peruíbe foi escolhida para sediar o projeto e todos deveriam entender tratar-se de uma região estratégica, por estar posicionada no centro da bacia petrolífera da Baixada Santista que é a região mais antiga do Estado de São Paulo, não podendo ficar a reboque das demais. Afirmou terem outras regiões metropolitanas do Estado ter sido mais inteligentes e capazes de atrair investimentos para desenvolverem-se de forma sustentável. Prova disso, destacou, é a matéria publicada no editorial da Tribuna que, de acordo com a Fundação SEADE, o PIB da Baixada Santista é o mais baixo dentre os municípios do Estado de São Paulo, quadro esse muito preocupante. Nesse cenário afirmou que o empreendimento só trará benefícios e por esse motivo desejamos que ele seja implantado na Baixada Santista. Comentou que a atividade econômica que prevalece em Peruíbe é de turismo veranista no qual a taxa de permanência na cidade varia de uma semana a dez dias. Pratica-se um tipo de turismo totalmente diferente de outros locais do mundo pela total ausência de infraestrutura pela falta de arrecadação e de investimentos. A inadimplência de Peruíbe aumenta dia após dia e assim como outras cidades da Baixada Santista encontra-se praticamente falida com dificuldade em manter os serviços básicos. Tendo em vista as várias cidades com o mesmo problema expôs a necessidade de mudar o potencial do litoral sul expôs a necessidade das Prefeituras unirem suas forças, e de forma mais proativa, trabalharem pelo gasoduto e a linha de transmissão. **Mari Polachini**, do Movimento Contra as Agressões a Natureza apresentou-se como agrônoma representante de um coletivo imenso que abrange todos os segmentos da população peruibense e de algumas pessoas de outros locais que também serão impactados pelo empreendimento. Afirmou que Peruíbe é uma cidade que tem praticamente 50% da sua área ocupada por terras preservadas, terras indígenas demarcadas, APA marinha, berçário e rota de migração de animais em extinção (cetáceos e arraia manta), e de alimentação e reprodução de tartarugas marinhas. As áreas ao redor abrigam algumas aves, além de animais terrestres e mamíferos, também em risco de extinção. Na área encontra-se o portal de entrada da maior área preservada de Mata Atlântica do Brasil, a única em Área



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

continua e incidência dos cinco biomas. Diante desses elementos afirmou não se compreender a razão de se escolher Peruíbe para implantar o empreendimento. Comentou não entraria em detalhes sobre a geração de energia por meio de fonte não renovável, a partir da utilização de termoeletrica que além de estar em desuso no mundo inteiro, a maior questão é que Peruíbe não quer mitigações, compensações, nem usina termoeletrica em seu território. Acredita que a delapidação do turismo de Peruíbe faz parte de um plano sórdido e cruel que tem sido praticado, já há alguns anos, nas nossas administrações públicas, de forma a favorecer a implantação da termoeletrica. Como parte da série de dificuldades da atividade turística destacou que as ruínas de Abarebebe, uma das primeiras igrejas do Brasil está fechada a visitação, a orla encontra-se delapidada, com calçamentos estourados, sem iluminação, desprovida de hospital público, sem infraestrutura básica. Com toda essa deficiência, no entanto, denunciou que os impostos foram aumentados em 40%. Asseverou que foram os interesses econômicos e políticos e não dos moradores de Peruíbe e da Baixada que escolheram sediar empresas que não os representam. Por derradeiro, deixou claro que a população não quer seja implantada usina termoeletrica, incineradores de lixo e nem polo industrial. **Adriano Gomes Bernardino** da Associação Unido por Moradias e Desenvolvimento Social, da experiência adquirida em lutas sociais, elogiou a mobilização popular que se faz contra a termoeletrica e afirmou conseguir enxergar nenhum benefício em sua implantação, tanto para Cubatão, cidade sem hospital e infraestrutura adequada, quanto para Peruíbe, cidade falida conforme já foi dito. Perguntou sobre a possibilidade de reativar a Usina Hidrelétrica Billings para suprir a demanda energética utilizando as águas da tubulação que desce da serra. Afirmou ser a própria empresa que fornece gás para abastecer as residências a maior beneficiária do projeto. Essa empresa fornece o mesmo gás GLP, em botijões de 13 quilos, por um custo elevado de 60 reais, que duram 90 dias para uma família de quatro pessoas. Este mesmo valor, os moradores dos prédios, agraciados com a tubulação de gás natural pagaram por um mês de consumo. Afirmou que além de diversas falhas nas obras, ocorrem vazamentos constantes de um gás que é incolor e inodoro, com elevado risco de ocorrer acidentes, até por uma bituca de cigarro. Afirmou que a população já possui uma bomba relógio embaixo dos pés, e, portanto, não precisam de outra. Formulou os seguintes questionamentos: Existe algum plano de contingência contra vazamentos? As águas utilizadas para resfriamento serão lançadas no ambiente sem que sejam resfriadas ou serão devolvidas quentes ao meio ambiente, prejudicando a vida marinha? Ao lembrar que os Municípios de Cubatão e de São Bernardo tiveram a maior supressão vegetal dentro do território nacional, em razão da segunda pista da rodovia Imigrante. Qual será o benefício ambiental decorrente da obra em tela para a encosta da Serra do Mar se ela trará mais supressão para implantar as torres de energia. Afirmou que só vê impactos ambientais as cidades de Cubatão e de Peruíbe e, portanto, a população não quer mais uma bomba relógio passando embaixo dos nossos pés. O cacique **Catarina** representante da Aldeia Piaçaguera e de outros indígenas atingidos no trajeto de São Vicente e Praia Grande mesmo que tenham comparecido poucos índios na audiência afirmou que há muito tempo suas terras já vêm sendo prejudicadas pela poluição e por isso não querem mais essa usina também prejudicial para o bem estar da população de Peruíbe. Afirmou que Deus não quer que se façam todas essas poluições, além de prejudicar os animais, já poucos onde mora. Por essas razões afirmou que ele, assim como toda a comunidade indígena era contra a usina, porque eles protegiam a natureza, viviam da natureza e a força que tinham vem da natureza. **Marcelo Carvalho Sais** do Coletivo Ativista Litoral Sustentável disse que o movimento foi deflagrado em 25 de Março e, que estiveram em Peruíbe com mais de 400 pessoas. Disse protocolaria na mesa um resumo quantitativo que indica a veracidade do ativismo contrário visto que tiveram noção deste empreendimento apenas esse ano embora ele já venha sendo cogitado desde 2011. Sobre as informações constantes do EIA/RIMA: - questionou o número de entidades não governamentais consultadas. Em Peruíbe afirmou ter sido consultada a Associação Comercial - IECO e, mesmo assim, em tempo recorde de cinco dias. Na qualidade de tecnólogo em gestão ambiental sabe que o diagnóstico socioambiental deve ser feito com extremo cuidado e não com a celeridade com a qual foi; - repeliu o termo “cidades dormitório” empregado no EIA, como referência as cidades da Baixada Santista e duvidou que o diagnóstico apresentado tenha considerado todas as informações importantes, tais como as restrições de ocupação constantes do Plano Diretor Municipal o qual classifica a vocação de Peruíbe como sendo turística-ecológica; - Opôs sejam direcionados investimentos para termoeletricas, ao invés de energias renováveis; - Perguntou que sistema de sinalização de segurança será adotada nos gasodutos. Afirmou que o EIA/RIMA, da forma com que foi elaborado, não representa a sociedade e a economia de Peruíbe. A entidade que representa, anunciou, protocolará outro resumo quantitativo dos quatro meses de luta, em Peruíbe, junto com um abaixo-assinado contrário a instalação da usina termoeletrica no município de Peruíbe com mais de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

1500 assinaturas. Solicitou que o Ministério Público intervenha para impedir que a celeridade imprimida em prol do licenciamento não passe por cima das populações tradicionais. **Plínio Melo**, representante da ONG Proteção do Sistema Costeiro afirmou que as sete mil páginas do EIA/RIMA e a própria apresentação da Gastrading demonstra que a termoeletrica é uma grande farsa, um “buraco para o meio ambiente”. Lembrou que o Zoneamento Ecológico-Econômico não permite a implantação desse tipo de empreendimento no local. Relatou o conflito existente entre o empreendedor e o administrador da rodoviária de Peruíbe. Este teria expulsado o empreendedor da rodoviária por conta da falta de autorização de permanência no local. Desqualificou a informação ofertada pelo empreendedor de que o empreendimento não trará qualquer impacto ambiental para Juréia. Segundo relatório fornecido pelo próprio investidor e constante do EIA/RIMA somente de ácido nítrico estima-se que serão emitidos mais de 6.498 toneladas/ano, de ácido sulfúrico, 466 toneladas/ano e de óxido de enxofre 304 toneladas/ano. Também serão lançados ao mar 30 mil litros de efluentes contendo soda cáustica e de temperatura elevada. Assim que obtiver as licenças ambientais afirmou que o empreendedor venderá o empreendimento para qualquer grupo coreano ou chinês. **Mauricio Ramos de Moura**, do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista saudou os caiçaras e indígenas que sempre sobreviveram dos recursos pesqueiros, rural e do turismo de Peruíbe. Afirmou tratar-se de um megaprojeto que caiu de paraquedas para atormentar a pacata Peruíbe. Solicitou que o acidente emblemático ocorrido na ex Vila-Socó, em 1984, Cubatão não tenha sido esquecido. Lembrou ter o Sindicato dos Petroleiros sido alertado para o risco desse acidente um ano antes. Foi, portanto, uma tragédia anunciada que resultou na morte de 600 pessoas. Questionou qual será o destino dos 4.500 trabalhadores quando as obras do empreendimento terminarem. Questionou qual será o destino dos peixes e dos manguezais de Peruíbe uma vez que 3400 toneladas/hora de água do mar serão consumidos pelo empreendimento. Afirmou que o enxofre das emissões ao se misturar com a água resultará na formação de gás sulfídrico originando as chuvas ácidas. Questionou: - por que esse empreendimento indesejável estaria sendo implantado há 8 km da Juréia e lembrou a luta do ambientalista Ernesto Zwarg contra a implantação de uma usina nuclear nesse paraíso ecológico; - de que forma as correntes atmosféricas contaminadas pelas emissões do empreendimento poderiam ser controladas de forma a preservar a qualidade do ar; - por qual motivo teria sido contratada para elaborar o EIA/RIMA, a mesma empresa, Tetra Tech de Pasadena, que desenvolveu armas e projetos nucleares para as forças armadas e a marinha americana, em 92/93; - qual seria a necessidade de implantar um gasoduto de 92,5 km de extensão. **Antônio do Pinho** do grupo Pau-a-Pique relembrou também participara da luta contra a implantação de usina nuclear em Peruíbe. Como porta voz dos povos da floresta afirmou que eles não querem que o empreendimento seja implantado, pois coloca em risco o potencial medicinal, ainda desconhecido, das espécies que ocorrem na floresta, e que ainda não foram catalogadas. Lembrou-se dos acidentes que ocorreram em gasodutos no Peru e na China e das consequências socioambientais. Estabeleceu relação do empreendimento em tela com a Rhodia de Cubatão quanto ao potencial gerar empregos na região. No entanto, destacou ter a Rhodia deixado um passivo de contaminação ambiental por Hexaclorobenzeno que acabou por atingir várias cidades litorâneas e elevar a incidência de casos de câncer na população. Destacou o perigo de se repetir a tragédia da Vila Socó, tal como acabara de expor seu antecessor. Passou-se a etapa daqueles que se manifestam em seu próprio nome. **Antônio Clementino**, vulgo “Trovão”, representante do projeto COM.COM, chamou a atenção a frequente ocorrência de acidentes ambientais de relevância envolvendo empresas de grande porte, e mencionou a propósito exemplos pertinentes. Chamou ainda a atenção para o fato de que o tema do EIA-Rima diz tratar-se a obra apenas de uma termoeletrica, e não também de um porto, conforme previsto no próprio bojo do projeto, de tal sorte que sugeriu a suspensão da reunião para adequação do projeto, desmembrando-se o licenciamento do porto daquele que diz respeito à termoeletrica. Além do mais, observou que não se procedeu nem ao levantamento da fauna marinha, nem tampouco ao balanço geral das APAs, o que seria irrenunciável num licenciamento de atividade portuária na região. Enfatizou que, pelos redobrados riscos ambientais que o empreendimento trará à região, opunha-se veementemente a ele, destacando uma vez mais sua reprovação ao expediente através do qual se busca licenciar uma termoeletrica e um terminal portuário como se apenas a primeira estivesse sendo licenciada. **Marlene Angelides**, representante do grupo Plano Diretor de Guaraú e residente no bairro de mesmo nome, em Peruíbe, conjecturou inicialmente que o belo título com que se nomeou o projeto, qual seja “Verde Atlântico Energias”, na verdade mascara a destruição que a termoeletrica traz consigo: degradação da paisagem natural, das condições de vida das pessoas, da fauna, da qualidade da água – tudo em nome do lucro. A explanação de que lançam mão os empreendedores nas audiências públicas, denunciou, é extremamente falaciosa: pura



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

retórica para os incautos. Narrou que vive num bairro no qual qualquer iniciativa no sentido de se desmatar um metro sequer de mata nativa não prospera se não for submetida a criterioso procedimento licenciador. Na Barra do Una, por sua vez, crianças enfrentam dificuldades para se deslocar até a escola e o acesso ao posto de saúde do Guaraú é também deveras dificultoso. Tudo isso, completou, ocorre em razão das severas restrições ambientais impostas pelo IBAMA, que por sua vez inexplicavelmente não se opôs ao empreendimento que se discute, e que atinge diretamente a Estação Ecológica de Juréia-Itatins. Terminou instando a população a se mobilizarem, cada qual no âmbito de seu respectivo bairro, nas igrejas e locais de trabalho, no sentido de atuar em defesa do município, obstando a implantação da obra. **Fabrizio Gandini**, presidente do Instituto Maramar, declarou jamais haver se deparado com empreendimento de tal modo despropositado e repleto de vícios que lhe roubam por completo a legitimidade, e destacou o relevante papel desempenhado pelo Ministério Público Federal nesse contexto. Manifestou sua perplexidade com a realização da audiência pública e com a própria continuidade do processo de licenciamento, aparentemente avalizado pela CETESB e pelo CONSEMA, e declarou que o Instituto Maramar denunciou, por ocasião de reunião realizada em 13 de junho último e com base em pareceres confiáveis, a incompatibilidade do empreendimento em discussão com o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, diversamente do que é defendido na presente audiência, e ponderou, em tese, que o processo de licenciamento conforme concebido não é ainda apto e defender de forma adequada a matéria ambiental. Denunciou ainda que muito do que se aprovou até o momento presente o foi em flagrante violação da norma vigente, fazendo entrever uma possível prática do crime de prevaricação, e defendeu a decretação de nulidade *ab initio* do procedimento licenciador. Ressaltou que terminal marítimo e duto são empreendimentos totalmente diversos, e lembrou que estruturas de dragagem não constituem matéria regulada pela ANTAQ. Reiterou a existência de incompatibilidade insanável entre o projeto e o ZEE, projeto este que desdenha de plano incontáveis pareceres contrários à sua implantação. **Marcia Cristina de Oliveira**, representante da Rede Sustentabilidade, relatou que a CETESB, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, é um órgão público e, enquanto tal, tem por responsabilidade, predominantemente, proceder na esfera pública como privadamente de modo a dignificar a função pública. Se houve um desvirtuamento da função pública, diagnosticou, está-se diante de um sério problema. Muito embora não estivesse a acusar a CETESB, pontuou, a apresentação que a agência ambiental fez sobre o projeto em audiência denotou claro desrespeito à população, entre outros pelo hermetismo do linguajar adotado. Questionou, à vista da declaração do consultor de que as alternativas locais postas gerariam poucas intervenções em aldeias indígenas e outras, o que entende a CETESB por “poucas intervenções”, considerando naturalmente o porte do empreendimento discutido. Indagou ainda, no capítulo dos aspectos legais pontuados na apresentação, como foi possível, conforme declarado, proceder em obediência ao plano diretor do município se este sequer houvesse ainda sido votado. Salientou que, se por um lado, segundo argumentação dos consultores, semelhante projeto havia logrado exitosa implantação em países como Argentina, Bangladesh, Chile e Alemanha, o contexto era diverso, regido por peculiares condições ambientais e culturais, marcado por uma natureza absolutamente única em suas características, devendo portanto ser respeitado em suas singularidades. **Marcos Miguel França** corroborou com o juízo expresso pelo representante do Ministério Público do Estado de São Paulo, e segundo o qual a tramitação do projeto deu-se açodadamente, lançando sobre o processo fundada suspeição. Comentou que Peruíbe não exibe a estrutura necessária ao acolhimento dos quase quatro mil trabalhadores previstos no projeto, e ponderou que o projeto realmente necessário ao município é o de uma usina de compostagem. Condesmar **Fernandes de Oliveira**, em oportuna digressão temporal, lembrou que, à época da ditadura militar, Ernesto Zwarg Junior empreendeu ferrenha batalha contra a implantação de outras duas usinas termoeletricas entre Peruíbe e Iguape, logrando ao final obter a mobilização social necessária a que o empreendimento não fosse implantado. Na esteira de denúncias antes apresentadas, reforçou que o processo dissimula sob um mesmo título diversos empreendimentos de grande porte – uma termoeletrica, um píer e um gasoduto –, os quais além do mais fazem uso de distintas áreas, o que por si só já invalidaria o licenciamento. Sua eficácia, pontuou, estaria condicionada ao desmembramento do licenciamento em três distintos processos. Ressaltou que o projeto afronta não apenas o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro como o próprio Zoneamento Econômico-Ecológico da Baixada Santista. Mencionou documento, publicado pela International Maritime Organization, segundo o qual determinadas áreas, como a escolhida pelo empreendedor para implantação da termoeletrica, devem ser necessariamente preservadas, com o intuito de assim se preservar também a flora e fauna locais, as rotas de migração de peixes e pássaros, entre outros. Tal documento, prosseguiu, foi simplesmente ignorado pela CETESB e pelo CONDEPHAAT. Ressaltou a inautêntica



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

informação que daria conta de tratar-se de empreendimento incapaz de produzir poluição atmosférica, esclareceu que a obra produz óxidos de nitrogênio, hidrocarbonetos e óxidos de enxofre, poluente que, se não controlados adequadamente, subsistirão na atmosfera, e, levados pelos ventos, provocarão chuvas ácidas tanto em terra quanto por mar. Salientou que o EIA-RIMA deve definir a tecnologia a ser utilizada pelas turbinas, e não deixar em aberto a questão, para oportuna escolha, como fazem os estudos em discussão. **Condesmar Fernandes de Oliveira** denunciou que o projeto avilta os padrões definidos pela agência de proteção ambiental americana, a EPA, e que certamente, se implantado, trará gravíssimos problemas respiratórios e cardíacos à população local, uma das fortes razões pela quais entidades ambientalistas, sindicatos, movimentos sociais e ele próprio se posicionavam integralmente contra o empreendimento. Comentou a total inadequação das alternativas locacionais eleitas, e lembrou empreendimento similar realizado em Macaé, e que deixou por legado quarenta favelas onde antes haviam apenas quatro. **Silvia Sartor**, conselheira da Área de Proteção Ambiental Marinha-APA Marinha, declarou que o conselho que integra vem se dedicando com empenho na avaliação do empreendimento e dos impactos ambientais e socioambientais que trará. Ponderou, baseada em experiências precedentes, que se verificará com a termoeletrica um aumento notável na incidência de diversos tipos de cânceres, e que haverá um aumento de oito graus na temperatura das águas, com prejuízos ambientais incalculáveis. Ponderou ainda que na escala de valores do mundo moderno a sustentabilidade e as condições de sobrevivência da espécie humana no planeta sobrepujam em muito a necessidade de ampliação da produção energética. A carência de energia deve ser suprida com critério, em áreas distantes das áreas de proteção ambiental, justamente eleitas com o intuito de se preservar a vida ou o que resta dela. Reflexionou que existem riquezas muito maiores que aquelas que derivam do capital, quais sejam as que dizem respeito a uma vida em ambiente saudável e harmônico, e lamentou que os empreendedores só tenham olhos para si mesmos. Terminou exortando a população, numericamente maior, a lutar pelos seus legítimos interesses, escorada no poder que emana dessa condição majoritária. **Érica Moura**, presidente do Centro Acadêmico Náutico, ligado aos cursos de Engenharia Ambiental, Engenharia de Petróleo e Energias Renováveis e Ciências do Mar da UNIFESP, lecionou que o Brasil vive, segundo os pensadores contemporâneos, um momento de “reversão”, caracterizado pela perda dos padrões que identificam o desenvolvimento e progressivo declínio à condição de “barbárie”, o que ilustrou com variados exemplos. Denunciou o modo autoritário e antidemocrático com que o projeto da termoeletrica tem sido discutido, e ponderou acerca dos danos que trará à região. Declarou que o projeto acena com a estagnação do desenvolvimento e com um declínio na oferta de vagas de emprego, e enfatizou que a verdadeira vocação de Peruíbe se volta não para o turismo de veraneio, mas para aquele de base comunitária, implantado de forma ambientalmente sustentável. Defendeu que o debate sobre o empreendimento era falsamente democrático, uma vez que os 90% da população que rejeitam a obra são simplesmente ignorados pela elite empreendedora, interessada apenas em lucrar com a exploração dos ecossistemas. Encerrou conclamando aos gritos de “usina, não!”. **Eric Moura** registrou seu total apoio às populações indígenas, e declarou sua intenção de buscar com todo o empenho, alinhado com o desejo da população, que a termoeletrica não seja implantada em Peruíbe. **Cíntia Prado**, da entidade “Raça Humana”, ponderou que a população peruibense estava, no presente episódio, uma vez mais sendo ameaçada pela sede de lucro de alguns. Denunciou a precária divulgação do evento, o horário em que agendado, e que impossibilita a presença da maioria dos trabalhadores, e reclamou das condições de climatização do espaço eleito para sediar o evento. Refletiu que não há qualquer necessidade de, para se suprir a necessidade de geração de vagas de emprego no município, implantar-se uma termoeletrica em Peruíbe, demanda esta que poderia perfeitamente ser suprida, por exemplo, com a criação de programas de ecoturismo ou pelo aumento dos investimentos municipais, com recursos obtidos a partir de sério programa de combate à corrupção. Denunciou a destruição das áreas de mangue, e as sucessivas mudanças no zoneamento e na legislação da Baixada Santista, sempre em desfavor do meio ambiente. Denunciou que a mencionada sede de lucros com frequência reduz os investimentos em segurança, e citou exemplos pertinentes, um dos quais relacionado às atividades da Petrobrás, que teria abandonado vinte cilindros potencialmente explosivos em depósito na região portuária. Expressou sua indignação com um cenário em que, enquanto ao redor do mundo investe-se cada vez mais em tecnologias de energia verde, no Brasil continua-se a investir em tecnologias altamente impactantes ao meio ambiente. Conclamou a população a se articular através das redes sociais, de modo a possibilitar uma presença mais vigorosa nas próximas audiências públicas, e terminou enfatizando que a população não descansará enquanto o projeto não for definitivamente afastado. **Dida Carai**, representante da aldeia Paranapuã, registrou sua surpresa com a ausência ao evento de indígenas ou autoridades que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

legalmente os representassem. Comentou que o projeto somente favorecerá aos ricos, e exortou à adoção de uma postura mais eficaz na defesa da natureza. Alertou para o dramático ciclo de destruição que, começando por devastar as florestas, agora ameaça também os recursos hídricos. Declarou, em nome dos indígenas da região, ser radicalmente contrário à implantação do empreendimento, que teria o condão de destruir não apenas Peruíbe, mas impactaria também outros municípios da faixa litorânea. **Claudenir de Figueiredo Oliveira**, pescador artesanal, enfatizou a presença de importante berçário de espécies marítimas no município, que, ponderou, requer toda a proteção do poder público, e rogou a Deus permaneça ao lado daqueles que reconhecem a importância de se atuar em favor do meio ambiente e efetivamente agem nesse sentido. Opinou que o empreendimento não trará benefícios às comunidades locais, e reiterou seu repúdio à implantação da usina. **Marli Vicente da Silva**, representante da comunidade local de pescadores artesanais, apelou inicialmente aos presentes que se manifestassem com urbanidade e de forma organizada. Confessou-se triste com os impactos que acredita serão produzidos pelo empreendimento na região, e lembrou que a realidade concreta o mais das vezes acaba por não corresponder ao preconizado nos estudos. Narrou que ao trabalhar junto a uma comunidade carente de pescadores, denominada propriamente Vila dos Pescadores, notou que, apesar das enormes carências dessa população, que registra importantes índices de violência, gravidez na adolescência e analfabetismo, o povo é extremamente consciente do valor de um meio ambiente equilibrado, e luta permanentemente pela preservação do manguezal de onde retira seu sustento. Comentou a respeito que, embora não seja contra iniciativas desenvolvimentistas, grande parcela do que colocam os empreendedores não corresponde de fato à verdade, razão pela qual externava total repúdio à termoeletrica em discussão. Enalteceu a importância da região enquanto berçário de espécies marinhas, verdadeiro legado às gerações vindouras, e vaticinou que o empreendimento, se levado à frente, afastará por definitivo essa perspectiva. Questionou a metodologia adotada nos estudos, e que parece vocacioná-lo à aprovação pela CETESB, nada obstante a agressão ambiental que, conforme se evidencia, o empreendimento certamente produzirá. Declarou ao final temer que o município volte a ser o “Vale da Morte” de outrora, com altos índices de anencefalia, poluição atmosférica muito além dos níveis aceitáveis e assustadora mortandade de peixes, entre outros, num processo cuja reversão possivelmente demorará séculos a se fazer sensível. Agradeceu a atenção que lhe fora dispensada e, com a escusa dos empreendedores, suplicou pelo bom senso das autoridades presentes para que obstem a implantação da usina. Encerrou reforçando enfaticamente seu repúdio ao empreendimento. Passou-se à etapa em que se manifestam aqueles que, sem representar nenhum órgão ou entidade, falam em seu próprio e exclusivo nome. **Sílvio Siqueira Junior**, jornalista e residente em Peruíbe há dezesseis anos, mostrou-se inicialmente inconformado com o fato de se implantarem empreendimentos impactantes em municípios como Praia Grande, Itanhaém, Santos e São Sebastião, mas não em Peruíbe. Chamou a atenção para o número de desempregados que registra a cidade, para os quais supostamente a usina seria a solução, e desqualificou o abaixo-assinado apresentado em audiência, com mil e quinhentas assinaturas, argumentando que ele não seria representativo da maioria da população. **Bruno Neri**, fotógrafo atuante na área ambiental, confessou-se igualmente contristado com o desprezo sistêmico ao meio ambiente. Comentou existir uma espécie peculiar de turismo consistente na observação de aves, e que entretanto não se investe nessa modalidade turística na região. Teceu reiterados elogios ao projeto, aproveitando o ensejo para propor que o turismo na modalidade *bird watching* fosse também nele contemplado, o que justificou com a argumentação que cabia. Lamentou que vaiassem sua manifestação de apoio ao empreendimento, que, segundo defendeu, trará um incremento ao turismo em Peruíbe. **Diego Palma** lastimou a deplorável situação do município, e sustentou que o empreendimento certamente gerará muitas vagas de emprego, reaquecendo a economia local. **Armênio Pereira**, presidente da Associação Comercial de Peruíbe, declarou que, das setenta mil pessoas que vivem em Peruíbe, cerca de 95% aprovam a implantação da termoeletrica, e justificou que o município não se sustenta em suas demandas energéticas com aquilo que tem hoje disponível. Parabenizou os empreendedores pelas mais de sessenta reuniões realizadas na cidade com o intuito de elucidar acerca do empreendimento, e defendeu que a cidade, carente de emprego e saúde, necessita de investimentos. Destacou a dificuldade de se manter um adequado diálogo com pessoas predispostas a contender, e comentou que era uma vergonha que o município fosse por elas representado. **Eduardo Rodenas** comentou que, na busca por uma melhor qualidade de vida, havia fixado residência em Peruíbe há doze anos, e que sequer imaginava as dificuldades por que veria passar o município – seja com os altos índices de desemprego, seja em virtude da falta de infraestrutura básica na área da saúde, entre outros. Ponderou que um projeto como este que ora se discute, desde que bem monitorado em sua operação pelas autoridades e pelos cidadãos, pode ser extremamente útil ao município, e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

instou a que se envidem os melhores esforços no sentido de se prover a uma eficaz fiscalização, sobretudo dos aspectos mais críticos do empreendimento, exigindo, em sendo o caso, sejam prontamente realizadas as necessárias adequações no projeto. **Sérgio Silva**, declarando-se imparcial, pontuou que, após melhor compreender o projeto, decidira-se por apoiar o empreendimento, e que, muito embora se preocupasse de modo especial com as grandes questões ambientais referentes a Peruíbe, confiava em que órgãos como os conselhos municipal e estadual de meio ambiente fizessem sua parte a contento. **Rodrigo Volpet**, secretário do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Peruíbe, manifestou indignação quanto ao indeferimento do pleito por ele apresentado e através do qual requeria fosse adiado o horário da audiência pública no município, agendada para as 17h00 de uma quinta-feira. Comentou que o local definido para a realização do evento era demasiado distante de dois populosos bairros da cidade, Caraguava e Caraminguava, praticamente tornando proibitiva a participação dessas populações na audiência, e que, nada obstante o fato de que requerimentos nesse sentido, devidamente municiados de abaixo-assinados, tenham sido encaminhados pelas respectivas associações de bairro, o pleito fora sem mais negado. Destarte, instou os representantes do Ministério Público do Meio Ambiente presentes à audiência a atentarem para o teor da denúncia que fazia, e que era fartamente documentada, rogando-lhes interviessem no agendamento referido. Comentou ainda acerca das vocações turística e ecológica que marcam o município, sublinhando tratar-se de uma cidade essencialmente horizontalizada, resultado de legislação que, de longa data, proíbe a construção de prédios. Cerca de 50% do território municipal encontra-se inscrito nos perímetros de unidades de conservação, assinalou, preservando diversas culturas tradicionais, qual a pesca artesanal e o modo de vida caiçara, entre outros. Por tais suficientes razões, ponderou, e considerando ainda o gigantismo do empreendimento – que segundo o projeto ocupará 420.000m² e contará com quatro chaminés de 120m de altura e um porto e uma ilha artificial de um quilômetro de extensão – e o fato de que os estudos dão ênfase apenas aos números positivos – o que por sua vez denota o caráter tendencioso das informações que traduz –, evidencia-se a impossibilidade de mitigação dos impactos da termoeletrônica em questão, uma vez que desfigurarão por completo a feição urbana do município, motivo pelo qual defendia fosse o rejeitado o projeto. **Andressa de Oliveira Marques**, vulgo “preta”, moradora de Peruíbe e integrante do Movimento contra as Agressões à Natureza – MOCAN, registrou sua total oposição ao empreendimento, enfatizando que os empreendedores não são honestos ao declararem que o empreendimento em nada impactará o ecossistema do município. Pontuou que em nenhum momento se faz referência, no projeto, à compensação ambiental nos moldes da Lei Federal 9.985/2000, regulamentada pelo Decreto 4.340/2002, e indagou se haverá indenização em créditos de carbono. Concluiu reiterando sua oposição ao empreendimento. **Cesar Augusto Guimarães** denunciou que a empresa responsável pelo empreendimento colabora com as forças armadas em projetos de usinas termoeletrônicas, e que se tratava de uma empresa habituada a não cumprir as exigências de mitigação estabelecidas no licenciamento de suas obras. Lamentou que o Governo do Estado compactuasse com projetos de tal forma lesivos ao ecossistema, e firmou sua integral oposição ao empreendimento. **Julio**, representante do Coletivo Alternativa Verde-CAVE, que, muito embora pretendesse manifestar-se, não se inscrevera para fazer uso da palavra no momento regimentalmente previsto, foi recusada pelo **Secretário-Executivo do CONSEMA** a faculdade de fazê-lo naquele momento. **Joyce Tamara** registrou sua indignação com o cerceamento do direito de se manifestar dos presentes, e listou os principais temas que teriam deixado de ser abordados pelo empreendedor e equipe consultora, quais sejam, exemplificativamente, o porquê de não se haver explicado adequadamente quais os riscos de acidentes envolvidos no empreendimento, as questões sobre como se dará a dispersão do óleo, sobre como será organizado o trânsito das embarcações de apoio frente a um vazamento acidental de produtos químicos, sobre como serão enfrentadas as adversidades climáticas extremas, sobre a resistência dos materiais utilizados pelas embarcações e os riscos inerentes. **Tiemi Bruno** sentenciou que, se de fato a democracia é praticada, o empreendimento não há de vingar, uma vez que a população é massivamente contrária a sua implantação. Perquiriu o que se dará com a fauna e flora marinhas quando os efluentes térmico-químicos forem vertidos no oceano, e terminou reiterando seu posicionamento contrário à implantação da termoeletrônica. **Beatriz Paschoal** questionou por que razão os estudos não enfatizam as vulnerabilidades e peculiaridades do bioma marinho que será afetado, e, alinhada ao posicionamento dos que a precederam no uso da palavra, repudiou o empreendimento em Peruíbe. **Eliseu Guimarães**, representante da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Peruíbe, após, com a vênio dos presentes, proceder à leitura de texto descritivo dos efeitos da chuva ácida, indagou, considerando que muitos poluentes serão lançados na atmosfera com a operação da usina e que alguns deles se transformarão nos ácidos nítrico e sulfúrico, aos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

quais justamente se deu o nome de chuva ácida, indagou que danos aos metais, pinturas, monumentos históricos, à fauna e à flora e até mesmo às espécies animais que povoam a região o empreendimento dará causa. **Lourival Sampaio Costa**, vereador pela Estância Balneária de Peruíbe, havendo saudado as autoridades e a população presentes, chamou a atenção para o fato de que, por determinação do artigo 157 da Lei Orgânica do Município, a vocação primeira de Peruíbe não é outra senão o turismo. Em razão disso, pontuou, a bancada parlamentar que integra e da qual fazem parte cinco vereadores busca, mobilizada em reuniões que ocorrem desde a última quarta-feira, trabalhar contra a implantação da termoeletrica na estância balneária. Para tanto, projeto de lei específico pretende sacramentar a proibição de empreendimentos dessa natureza em Peruíbe. Declarou falsas as informações que dão conta de que 95% da população local aprova o empreendimento, entre outros motivos, por conta das vagas de emprego que a termoeletrica geraria, e enfatizou que o único caminho para se suprir essa demanda por vagas sem prejuízos ao meio ambiente era a partir de uma gestão que priorize investimentos no turismo em suas diversas linhas de frente. Argumentou que, se a construção de uma termoeletrica tivesse o condão de prover de vagas de empregos a região em que implantada, Cubatão não seria hoje, como de fato é, um celeiro de desempregados. Exortou a que se acredite nos sonhos da população jovem, segundo a qual é perfeitamente possível desenvolver Peruíbe sem deixar de lado o conceito de cidade sustentável, e enfatizou que não se está caminhando na contramão da nova ordem mundial, contexto onde por sinal esse modelo de empreendimento que ora se discute está sendo rapidamente banido. Convidou a população de Cubatão que, num ato de solidariedade, se fazia presente ao evento em curso, a que comparecesse também à audiência pública agendada para o próximo dia 17, como também na sessão legislativa da próxima quarta-feira, ocasião em que se procederá à leitura do primeiro projeto de lei destinado a obstar que empreendimentos de tal modo danosos sejam implantados na cidade, e cogitou por que não articular-se uma frente parlamentar em defesa da vida não apenas em Peruíbe como em toda a Baixada Santista. Ao encerrar, agradeceu ao deputado Luís Fernando, que no momento busca apoio na Assembléia Legislativa para impedir que a termoeletrica se instale na estância balneária. **Luciana Castellán**, também vereadora por Peruíbe, declarou tomar por suas as palavras do vereador Lourival Sampaio Costa, e reiterou seu convite à população para, na quarta-feira da mesma semana, na Câmara Municipal de Peruíbe, tomar parte na apresentação do projeto de lei que proíbe o licenciamento, a instalação e a operação de empreendimentos que produzam gases ou emitam elementos químicos formadores da chamada chuva ácida no município. Com isso, arrematou, o que se proíbe na verdade não é apenas esse tipo de empreendimento, mas a própria chuva ácida a que ele dá origem. Narrou que a princípio não apoiava nem tampouco se opunha à obra, ressaltando por sua vez que, certa feita, por ocasião de reunião com representantes da termoeletrica, indagou qual o risco e o que se previa quanto à possibilidade de acidentes nas instalações do complexo, sem que entretanto obtivesse qualquer resposta a tão relevante indagação. A partir deste momento, prosseguiu, percebeu que o empreendimento não merecia aprovação, e passou a opor-se irrestritamente a sua implantação. Chamou a atenção do público presente à audiência para os reflexos de termoeletricas sobre os municípios da Baixada Santista e Região Metropolitana que as receberam, como Cubatão, Guarujá, São Bernardo do Campo e Macaé, nos quais, ao invés de se verificar a profetizada explosão de vagas de emprego, houve, sim, um acentuado processo de favelização. Declarou-se favorável ao crescimento econômico do município, desde que se busque um desenvolvimento responsável, e enfatizou que a implantação da termoeletrica em Peruíbe definitivamente não é uma medida de desenvolvimento responsável. Concluiu reforçando sua oposição ao empreendimento. **Gilson Amaro**, na qualidade de assessor do deputado Raul Macedo e de membro do PSOL, declarou que vinha a púlpito manifestar integral apoio aos movimentos e grupos que se opõem à implantação da termoeletrica, e ponderou que o desenvolvimentismo com que argumentam os empreendedores em defesa do projeto outro não é senão aquele mesmo que tem levado o mundo a uma condição de caos ambiental, mascarando o verdadeiro e único propósito que lhe dá vida, qual seja o de fomentar o lucro das empresas. Chamou a atenção para a argumentação baseada numa suposta geração de vagas de emprego em grande número, que qualificou como falaciosa, uma vez que em diversos municípios em que empreendimentos do gênero foram levados à frente o desemprego permanece nos mesmos altíssimos níveis. Defendeu que o modelo desenvolvimentista pregado pelo empreendedor representava devastação não apenas ambiental, mas social e econômica, norteado que era tão somente pelas perspectivas de lucro financeiro. É necessário, pontuou, que se busque sempre por um meio ambiente saudável. Lembrou a devastação gerada por empreendimento similar em São Sebastião, e denunciou as mitigações descumpridas ou inexistentes. Neste caso como nos demais, concluiu, não são apresentados estudos sérios – apenas propaganda dos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

empreendimentos. **Fábio Oliveira** narrou que sua cidade natal, Cubatão, é o maior exemplo de tudo quanto não se deve fazer em termos de gestão: de um município pequeno e pacato, com um lindo vilarejo entre a serra e a praia, repleto de cachoeiras e abundante vegetação nativa, tornou-se a cidade mais poluída de todo o mundo, graças às várias indústrias que lá se instalaram, e registra hoje um enorme índice de desemprego. Alertou para a necessidade de se manter atento à propaganda enganosa que se faz do empreendimento, e, no que dizia respeito especificamente à segurança, para o descompromisso das autoridades e empreendedores com a criação responsável de planos de contingência face aos eventos acidentários de grande monta, premissa que ilustrou com exemplo pertinente. Ainda no caso de Cubatão, sublinhou, observou-se notável êxodo populacional, especialmente das classes que detinham algum poder econômico e às quais era facultado decidir-se ou não por viver em meio a tão insalubre atmosfera. Mencionou ocasiões em que teve a oportunidade de alertar acerca dos impactos de empreendimentos da natureza deste que se analisa, impactos estes que ao final efetivamente se verificaram, e denunciou o parcialismo com que atua a CETESB ao privilegiar as demandas por licenciamento de empreendimentos de grande porte, cujo trâmite percorre seu completo ciclo muito rapidamente, sobre aquelas das pessoas humildes que, para terem os projetos de suas modestas moradias aprovados, com frequência aguardam períodos entre dez e vinte anos. Agrava essa condição o desmonte intencional da CETESB, que obsta um trabalho eficaz de fiscalização. Finalizou convidando os presentes para a audiência pública que o deputado Luis Fernando realizará na Assembléia Legislativa no próximo dia 30, às 18h00. **João Ramos**, estudante, começou por observar que também os jovens compareciam massivamente ao evento, termômetro da unanimidade da oposição ao empreendimento, e saudou os vereadores do município que corajosamente compareceram à audiência corrente, firmando assim seu posicionamento contrário à instalação da termoeletrica. Saudou ainda e de forma elogiosa a Polícia Militar de Cubatão, igualmente presente à audiência. Registrou seu desapontamento com informações falsamente alardeadas com relação aos cursos promovidos pela ETEC da região, depois desmentidas pelo diretor da instituição, e exortou a população a estar a todo o tempo atenta seja aos argumentos falaciosos, seja aos índices forjados de que os empreendedores lançam mão no afã de alcançar a qualquer custo seus objetivos. Terminou defendendo uma condução de fato democrática das audiências públicas, sem a utilização de expedientes repressores. **Dalva**, cidadã cubatense, relatou, quando da tentativa de se fazer implantar semelhante obra em Cubatão, que os empreendedores adotaram iniciativas que buscavam seduzir a população local, por exemplo, distribuindo computadores e prometendo empregos que na verdade inexistiam. A estratégia que adotou para fazer frente a essas iniciativas insidiosas, prosseguiu, foi orientar os estudantes nas próprias escolas, esclarecendo acerca dos efeitos deletérios que o empreendimento traria sobre o município. Ressentiu-se outrossim, no contexto da audiência pública, de uma dinâmica que ensejasse fossem confrontados os argumentos favoráveis com aqueles contrários ao empreendimento. Instou a população a buscar apoio de organismos internacionais na defesa de seus interesses, uma vez que a maioria dos órgãos oficiais, como a própria CETESB, estão comprometidos com interesses que não os socioambientais. Narrou que à noite em Cubatão incontáveis indústrias despejam poluentes na atmosfera, produzindo sérios danos à saúde da população; que seu pai morrera de câncer após haver trabalhado na COSIPA; e que ela própria teve uma filha à época em que trabalhava na Rhodia Agro, e que a menina, em razão de uma má formação congênita, sobreviveu apenas até os três anos de idade. Qualificou a postura em sua opinião conivente da CETESB com interesses alheios aos da população no que se refere a empreendimentos de severo impacto ambiental de “assassina”, e denunciou que o poder de mando no município está de fato nas mãos da CIESP. **Mario Haddad**, Secretário de Meio Ambiente de Cubatão, havendo saudado aos presentes, relatou que, em reunião de que participara, juntamente com empreendedores e investidores, foram esclarecidos aspectos importantes do empreendimento, quais os programas previstos para fazer frente aos eventuais acidentes, os riscos que mais se evidenciam, as regiões mais sensíveis, o que se pretende realizar no plano da compensação ambiental e que programas de acompanhamento da obra foram estabelecidos. Da explanação dos empreendedores acerca do projeto, enfatizou, restaram sem resposta inúmeras questões, razão pela qual comunicava naquele momento que faria protocolizar dentro de cinco dias documento que enfeixava os questionamentos não esclarecidos. Festejou a presença de um procurador do Ministério Público do Meio Ambiente na audiência, e agradeceu. Passou-se à etapa em que tem lugar as réplicas e esclarecimentos do empreendedor e equipe consultora. **Alexandre Chiofetti** declarou que o argumento segundo o qual o projeto lançava mão de uma tecnologia já em desuso não procedia, sendo que hoje pelo menos vinte e oito países ao redor do mundo implementam semelhantes projetos. Declarou também que incineradores de lixo não estão



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

sendo licenciados no projeto, e que as medidas de segurança que cercam a distribuição de gás natural, uma vez estabelecidas pelo órgão licenciador, serão rigorosamente obedecidas pelo empreendedor. Os riscos, prosseguiu, foram detalhados no EIA-RIMA, e qualquer interessado poderá consultar os estudos para obter maiores informações a respeito. Confirmou por sua vez que fora assinado protocolo de intenções com a ETEC em questão, a respeito dos cursos oferecidos pela instituição. **Affonso Virgílio Novello Neto** esclareceu que o EIA era um instrumento técnico-quantitativo adotado no âmbito do rito do licenciamento que tramita junto à CETESB, e que, entre outras funções, busca identificar os impactos do empreendimento sobre determinada região. No caso da obra em questão, emendou, foram identificados quarenta e dois impactos, para cujo enfrentamento se propôs programas e medidas específicos. Pinçando a título de exemplo a chuva ácida e a dispersão atmosférica de poluentes, argumentou, procedeu-se a estudos detalhados ao longo dos quais se comprovou que a qualidade do ar em Cubatão, Peruíbe e outros municípios da região não será afetada. No que diz respeito aos planos de contingência e análise de risco, pontuou que os estudos incluem programas de gerenciamento de riscos, atendimento a emergências e monitoramento, atualmente em processo de análise e que serão modificados ou complementados na medida em que mostrar necessário. Sobre os programas de compensação ambiental, relatou que o empreendimento prevê investimentos da ordem de R\$26,5 milhões para implantação e aplicação em unidades de conservação, totalizando 140ha apenas em compensação florestal. Outros programas que mereceram cuidadoso detalhamento, completou, são aqueles referentes ao turismo, mão de obra, dinâmica urbana e, principalmente, os programas de monitoramento tanto da qualidade do ar, quanto da água e do solo. A conselheira do CONSEMA **Syllis Bezerra** informou, em nome do CONSEMA, que todas as observações serão consideradas e acolhidas as contribuições. Salientou que as cidades da Baixada Santista tem como foco principal o turismo, que recebem a denominação de “estâncias balneárias”, e que portanto merecem uma abordagem específica, mormente no que tange ao zoneamento marítimo e quanto à natureza e especificidades das embarcações que podem navegar em seu litoral, entre outros. Citando a fonte *Bloomberg New Energy Finance*, chamou a atenção para o fato de que a energia eólica deverá tornar-se em três anos cerca de 20% mais barata, e até 40% em trinta anos. Lembrou que o mundo clama por uma fonte de energia sustentável, e que era momento de se refletir sobre o tema no que dizia respeito particularmente à Baixada Santista. Ponderou que grandes contratos, que envolvem o destino das futuras gerações, precisam ser submetidos a criteriosa apreciação, razão pela qual era imperioso que se procedesse a uma detida análise dos documentos apresentados e das contribuições que ao processo de licenciamento são feitas. Mencionou a propósito o anexo E16 dos estudos, que propõe adequações especificamente próprias aos empreendimentos marítimos, e finalizou exortando a que se busque o melhor empenho na preservação do meio ambiente. Depois de constatar e informar que todas as etapas da audiência haviam sido regularmente cumpridas, o **Secretário-Executivo do CONSEMA** esclareceu que todo e qualquer interessado teria ainda o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto, seja diretamente à CETESB, seja por meio eletrônico, seja protocolizando-as no órgão para tanto destinado, e, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Maurício Brusadin, agradeceu a presença de todos, após o que declarou encerrados os trabalhos desta reunião. **Rosana Maria Henrique** e **Gerson Cotrim Filiberto**, todos lotados no Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do CONSEMA, lavraram e conjuntamente assinam a presente ata.